

Na última página um vereador do PDS mostra o menino que menstrua. Na página três Amin compra amendoim no palácio, toma café no Ponto Chic, fila cigarros num trailer de cachorro-quente, enquanto o Estado afunda numa dívida de 420 bilhões. 12 bi já sabemos onde estão — foi o rombo nas contas da Celesc, em 82, na página 11. Na onze também estão os fantasmas da Assembléia. Encartamos nesta edição um poster de Vasques.

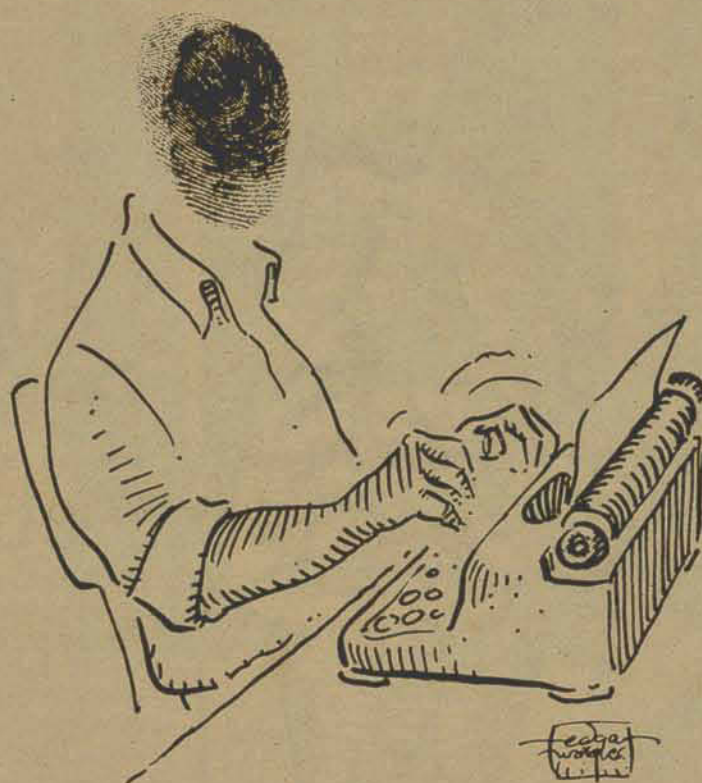


CASA PRÓPRIA SOBE 130% E NINGUÉM PODE PAGAR

O AUMENTO ABSURDO E A REAÇÃO POPULAR NA PÁGINA CENTRAL

Lutas da Maioria surge no cenário catarinense sob o signo dos interesses populares. Será um instrumento de expressão da *maioria* de sua população: dos trabalhadores do campo e da cidade, dos quadros técnicos e profissionais liberais, do funcionalismo e dos estudantes, dos pequenos e médios empresários e proprietários rurais e urbanos esmagados pelo grande capital. Contribuirá para a organização social destes segmentos e para a elevação de sua consciência política, com o objetivo central de derrotar o regime autoritário e o seu aliado estadual, o sistema oligárquico que agora se apresenta com as roupagens da "renovação", responsáveis pela manutenção de um sistema econômico de espoliação, que degradou as condições de vida e de trabalho da imensa *maioria*.

Lutas da Maioria não servirá aos que colaboram com o regime antipopular, nem acatará suas teses de trégua ou de conciliação nacional, tradicional manobra para acertos entre elites socialmente irresponsáveis. Acreditamos que só o povo em movimento, isto é, as *maiorias* organizadas e mobilizadas, poderá assegurar a promoção de seus legítimos interesses e construir uma nova ordem social, onde o exercício dos direitos de cidadania seja o contraponto da justiça social, caracterizada também pela nacionalização dos bancos e monopólios, ampla reforma agrária e plena liberdade sindical. É preciso, pois, ampliar a participação, promover a socialização da política — a luta organizada das camadas populares — de tal forma que o próprio povo possa interferir na programação das atividades sócio-econômicas e na formulação de políticas de governo que dissolvam a concentração dos privilégios e a generalização da miséria. É um longo caminho, mas há que trilhá-lo. É uma árdua tarefa, mas viemos para ajudar a cumpri-la. Somos pela *maioria*. Lutamos pela mudança de uma ordem política em que a *maioria* é submetida. Pela transformação de uma ordem social que a aprisiona a condições degradantes e, pela construção de uma nova sociedade em que a *maioria* social seja também a *maioria* política, isto é, uma sociedade verdadeiramente democrática.



expediente

Lutas da Maioria é editado por jornalistas independentes de Santa Catarina. Redação em Florianópolis, composição, paginação, fotolitagem e impressão no Centro Gráfico do Senado Federal, em Brasília. Os editores não ganham salários nem ajuda financeira de qualquer entidade ou pessoa. Não publicamos anúncios. Distribuição gratuita. Seu custo industrial é coberto pela cota anual de publicações do Senador Jaison Barreto no CEGRAF, de acordo com os termos de resolução da Mesa do Senado. Jaison Barreto ofereceu sua cota aos jornalistas e às categorias marginalizadas e sem voz no Estado. Não sofre censura e está aberto a qualquer discussão de interesse da gente catarinense. Aceita contribuições assinadas. Recebe denúncias comprovadas sobre qualquer fato que prejudique o interesse da maioria da população. E publica. A circulação, mensal, é dirigida. Exemplares serão entregues a todas as entidades ou pessoas interessadas em distribuí-lo, à exceção do PDS, que já dispõe de canais de comunicação com o povo via imprensa comprometida. Caixa postal 1295, Florianópolis. Editor, R. Oliveira. Até julho.

A VERDADE SOBRE OS INTERESSES DE SC

A ausência do Senador Jaison Barreto na audiência que o Ministro do Interior, Mário Andreazza, concedeu ao governador e a uma comitiva de Deputados catarinenses, foi o fato mais destacado pela imprensa domesticada. Pela ótica oficialista, Jaison estaria descurando os interesses do Estado.

Em contrapartida, Esperidião Amin, que obteve na audiência apenas vagas promessas para solucionar a crise do setor da construção civil em Santa Catarina — uma entre as muitas crises — foi apresentado como legítimo representante dos interesses catarinenses. E as promessas, foram classificadas como "conquistas".

Afinal, o que são os "interesses de Santa Catarina"? O mal disfarçado esforço de cooptação de amplos setores da sociedade para o projeto de Amin e do PDS tem produzido equívocos propositalis.

E o maior deles é justamente tentar abrigar Governo e Oposição sob um tema sem conceituação precisa, como se representassem as mesmas aspirações sociais.

A ideia do PDS e do Governador seria bastante singela, se não fosse uma manobra deliberada. Os interesses catarinenses não são suprapartidários.

Se houvesse um só interesse em Santa Catarina, não haveria razão para existir mais de um partido. Bastaria um. Em Santa Catarina, como no Brasil, há o interesse das classes dominantes (os ricos, o grande empresariado, os detentores do poder) de um lado. Do outro, as classes populares (os trabalhadores, os professores, os servidores públicos, entre outras).

Quando o Governo e a grande imprensa se referem ao interesse de Santa Catarina, a qual desses interesses estão se referindo?

Um exemplo significativo: quando a dupla biônica Bornhausen-Córdova endividou o Estado a um limite intolerável, apesar de todas as advertências e denúncias da Oposição, para, entre outras obras inúteis, fazer a milionária campanha eleitoral do PDS, ninguém recebeu satisfação.

Agora, os mesmos responsáveis pelo endividamento irresponsável, convocam a sociedade catarinense, inclusive a Oposição, para o "sacrifício" de pagar a dívida do Estado. Isto é, se privatiza o direito de gastar o dinheiro público (um pequeno e conhecido grupo goza as delícias das mordomias oficiais), mas tenta-se socializar o mesmo empréstimo na hora de pagá-lo.

A ideia de um interesse único para o nosso Estado é enganosa. É mais uma jóia falsa do pensamento oficial. A unidade igualmente

proposta através de banquetes, churrascos e festas de confraternização interpartidárias, é mais uma tentativa de confundir o eleitorado oposicionista. Vendo seus líderes comparecerem aos seguidos regabofes, concluirão que não existem críticas tão severas a fazer ao Governo. E os parlamentares que não fazem este jogo são punidos pelo jornalismo adestrado nos gabinetes oficiais.

O melhor exemplo disso foi a defesa dos interesses da construção civil do Estado (Sindicato da Indústria da Construção Civil, Sindicato e Federação dos Trabalhadores da Construção Civil, Associação dos Mutuários e outras instituições). A Bancada Federal do PMDB apresentou sua manifestação na Câmara. Logo a seguir, os parlamentares receberam uma convocação do governador; conclamando-os a comparecerem juntos às audiências com o Minis-

tro do Interior e Presidente do CFE.

Pouco ou nada foi conseguido nestes contatos, mas Esperidião Amin surgiu, para a imprensa industriada, como o grande líder do encontro.

Este é um caso concreto de como o "interesse de Santa Catarina" é manipulado. Reivindicações legítimas de organismos de classe, são transformadas em eventos onde brilha, sob os *flashes* e luminárias, a "iniciativa" do governador.

No entanto, quando os interesses dos assalariados, como foi o caso da greve dos professores do ensino secundário, apresentam-se de forma afirmativa, ninguém é chamado para o diálogo a fim de resolver este que é um dos tantos, e dos mais importantes, "interesses de Santa Catarina". A não ser, neste caso, não é a união dos, mas a repressão pura e simples.

FALSO BRILHANTE

Aconteceu como previsto. Amin já abandonou os pequenos

Amin dormiu candidato e acordou governador. De bico na boca "descobriu" que o governo anterior deixara no berço uma dívida de Cr\$ 420 bilhões, centenas de funcionários-fantasma e muitos outros problemas.

Agora de olhos arregalados, faz de conta que não sabe quem foi que sujou as fraldas. Mas é necessário esclarecer sua participação, evidente na origem de todos os males. Exemplo concreto: parte da astronômica dívida são os gastos em obras faraônicas como a rodoviária. Construída com vidros fumê e telhas de 30 toneladas. Cada telha permitiria a construção de uma escola, mas a megalomania e a exigência de obras grandiosas para forjar uma imagem de realizador determinou a ereção da rodoviária-monumento. Hoje ele reconhece que só pôde dar um aumento pequeno ao funcionalismo porque "os cofres do Estado estão vazios".

Aos professores ele prometera participação nas decisões sobre os índices de reajuste e aumentos sempre superiores à inflação. Hoje estes mesmos professores amargam perseguições por uma greve legítima, que foram obrigados a manter pelo cumprimento justamente daquelas promessas.

A estratégia sempre foi a de fazer pouco e divulgar muito, cuidadosamente elaborada e implantada por profissionais da propaganda. Amin constrói, atropelando a realidade, uma imagem de democrata, com atitudes demagógicas e equivocadas — como interromper uma audiência para comprar amendoim de um menor abandonado, vítima do sistema que ele tão bem representa.

TEATRO DE MARIONETES

Peças teatrais como essa são mal ensaiadas. Só os muito ingênuos não percebem que são encomendadas para as páginas dos jornais e as câmeras de televisão mais dóceis. O secretário da Educação, Moacir Thomazzi, era diretor do jornal *A Notícia*, ganhou o cargo apenas como recompensa, pois do setor educacional está afastado há cin-

co anos, conforme denúncia da ALISC.

Luiz Henrique Tancredo, editor de *O Estado*, assessorou Amin durante a campanha dentro e fora do jornal. Redator da coluna "Informe Geral", tem sido o maior responsável pela fachada pretensamente simpática do governador.

A crítica do sociólogo Remy Fontana, professor da UFSC, contida no documento "Governo Amin — Um Voto de Desconfiança", onde identifica a formação de uma nova direita em Santa Catarina, é procedente: "O PDS não viu necessidade de editar um jornal de campanha, a exemplo do PMDB, porque contava com o auxílio de vários órgãos da grande imprensa. Por mais que pretendesse, *O Estado* nunca conseguiu esconder sua posição política. Num editorial de 6 de novembro reclamou da tonica dos discursos de Jaison Barreto numa concentração em Florianópolis, em que fizera críticas à imprensa. O editorial, "Ranço Autoritário" dizia que "a agressão generalizada atinge a todos, sem exceção, mesmo aqueles que, como *O Estado*, possuem uma linha de conduta que os colocam acima das questões provincianas que constituem o desespero e as aflições destes políticos peemedebistas..."

Outro editorial do mesmo jornal, em outubro, desnuda a farsa: "O Senhor Esperidião Amin, quando assumir o governo, terá que..." *Elegera* Amin um mês antes das eleições.

FORJANDO IMAGEM

Já sabemos que nada surge gratuitamente nos jornais. Vamos demonstrar que o governo está usando publicitários profissionais para construir uma falsa imagem de Amin. Levar o Ministro Mário Andreazza para beber refrigerante num dos bares do Morro do Mocotó não ajuda os moradores do local a resolver o problema de posse dos terrenos, fonte de freqüentes litígios.

É verdade que ele obteve votação expressiva neste morro, mas a manipu-

lação foi evidente. Transformou o local em cartão-postal mediante sucessivas e discriminatórias aplicações de dinheiro público. No morro da Caixa D'Água, por outro lado, os moradores ainda esperam o cumprimento de uma promessa eleitoral — a instalação de duas bicas de água.

Outras manobras preparadas no gabinete nem Paulo Maluf teria o descafeamento de executar, como tomar cafézinho no Calçadão e oferecer uma torta às balconistas. E as gentis colunas de *O Estado* abrigaram também a importantíssima informação que Amin foi visto de madrugada jantando cachorro-quente num trailer, filando cigarro dos passantes.

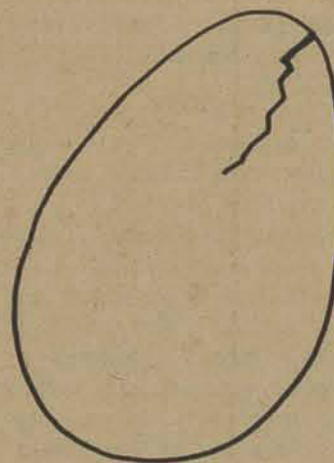
Esta imagem é antiga. Durante a campanha encenavam gestos mais espalhafatosos, como chegar às concentrações políticas dirigindo tratores, caminhões de leite ou andando a cavalo.

CAI A MÁSCARA

Enquanto isso os professores que fizeram greve estão sendo perseguidos pelo governo, apesar do acordo de não punir os grevistas.

Em Criciúma foram abertas 32 sindicâncias, 19 em Tubarão e três em Imbituba. Várias transferências estão sendo feitas como forma de punir professores, e como ameaça aos demais, desencorajando a categoria.

A professora Marli Maria Brito foi transferida da Escola Forquilha para Monte Serrato. Beatriz Solange Cardoso de Oliveira, da Escola Celso Ramos para a Henrique Stodiek. A professora Sandra Magalhães, de Criciúma para Laguna. Não satisfeito em punir os professores, Amin ainda conseguiu que o Colégio Sebastião Toledo dos Santos (o "Colégio"), de Criciúma transferisse a aluna Regina de Fátima Teixeira, sob a alegação de ter participado da greve. Fato indêntico aconteceu em Joinville com Sonia Bethu e Rosa Maria Denil. Para impedir esses abusos, a ALISC instruiu as associações de professores das duas cidades, para entrarem com um manda-



to de segurança contra a medida arbitrária e injusta.

POLÍTICA DOS GRANDES

A propaganda elaborada para Amin desde a campanha ainda tenta explorar outros ângulos da fachada. O sociólogo Remy Fontana lembra que "tem-se dito muitas vezes, que é incrível a capacidade de trabalho de Amin (a exemplo do que se diz de Maluf), como querendo legitimar a sua conduta pública por caracteres pessoais. Convém lembrar que os nazistas eram excelentes administradores de um regime visceralmente cruel e antipovo, e que os oligopólios transnacionais que liquidam as economias periféricas, como a do Brasil, não podem ser questionadas quanto à sua capacidade de gestão.

A fórmula "opção pelos pequenos" certamente tem um bom apelo, mas Amin utilizou o discurso de esquerda, sem se preocupar em concretizá-lo. É apenas um artifício para realizar a política dos grandes".

Na Fundação Educacional de Santa Catarina um questionário solicitado por Amin, antes de tomar posse, foi aplicado aos funcionários: do item 18

ao 22 é um claro incentivo ao autoritarismo e às perseguições políticas. Procura identificar quem não participou da campanha pelo PDS, quem ficou omissa e quem trabalhou na oposição. Todo cuidado é pouco com tal "democrata".

Outra promessa não cumprida de Amin. No debate pré-eleitoral com os médicos, na ACM, prometera que se fosse eleito eles escolheriam o diretor da Fundação Hospitalar. Este e todos os outros cargos foram preenchidos por critérios políticos, entre os comprometidos com o governo, conforme denúncia do Presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, Marcos Rótolo.

O TIME DO EU SOZINHO

Ao poder já concentrado pelos longos anos de autoritarismo e oligarquia, Amin acrescentou um estilo intensamente personalizado de governo querendo apropriar-se dos instrumentos de Estado.

Na aparência está aberto ao diálogo, mas na prática estabeleceu um processo decisório fechado que inclusive afasta seus correligionários. Por ocasião da montagem de sua equipe, os critérios de escolha foram obscuros. E impenetráveis as razões de sua preferência.

Não realizou consultas aos órgãos colegiados de seu partido; nem ouviu a sociedade. Conseguiu unânime reprovação. Formou um secretariado sem expressão social e seu respaldo político. Figuras desconhecidas algumas, medíocres outras, compondo um quadro cujos titulares ocupam, em alguns casos, posições inteiramente deslocadas quanto à aptidão e qualificações.

Não é de estranhar, então, que este encaminhamento faz dos atuais secretários de Estado, antes de qualificados servidores com estatura e personalidade, tristes figuras, submetidas, sem autonomia e iniciativa.

Ganha a vaidade e a ambição do governador, perde a sociedade. Frustra-se a cidadania.



VEIAS ABERTAS

Recessão proposta pelo FMI sangra nossa economia

O Brasil tem, desde a semana passada, um novo superministro a quem se subordinam os até recentemente todo-poderosos Delfim, Galveas e Langoni. Foi no gabinete nova-iorquino de Jacques Larosiere, diretor executivo do Fundo Monetário Internacional, que Galveas, em nome do governo brasileiro, recebeu novas ordens dos credores.

A partir de agora, a política recessiva será aplicada com todo o rigor. A prática "gradualista" é coisa do passado. Para que possa receber, e com atraso, a segunda parcela de empréstimo negociado logo após as eleições do ano passado, o governo brasileiro deverá, entre outras coisas, reduzir drasticamente os gastos públicos, cortar os subsídios diretos (trigo, etc.) e indiretos (crédito rural) e comprimir ainda mais os salários dos brasileiros que circunstancialmente se mantiverem empregados, já que o aumento do desemprego é uma das consequências das medidas anteriores. Isso sem falar da inflação, cuja redução é uma das exigências do FMI, mas que será aumentada pelos cortes dos subsídios.

Essa modificação, de fato, não significa que os responsáveis pela política econômica sejam incompetentes. O Brasil "possui uma equipe de enérgicos e competentes tecnocratas e administradores", afirma o jornalista Anthony Sampson, em seu livro "Os Credores do Mundo", que acaba de ser lançado no país. Para que não reste dúvidas quanto a isso, o "Financial Times", jornal do mundo dos negócios, de Londres, elegeu Carlos Geraldo Langoni "O Homem na Notícia", na última semana de maio. No perfil do escolhido é revelado que "o time de negociadores do FMI, quando chegou a Brasília, em dezembro último, quase que não teve de torcer braços (sic) para fazer valer seus pontos de vista. Langoni é, por formação, um ortodoxo monetarista da escola de Chicago".

O Brasil não chegou, portanto, à situação de insolvência por incompetência dos tecnocratas. Tampouco por incoerência de sua política econômica — afinal, há quase 20 anos, a receita de "fazer o bolo crescer para depois dividir" é seguida à risca. As advertências sobre as contra-indicações deste tratamento e sobre a escola de seus aplicadores também não faltaram. E só não foram mais intensas e frequentes devido ao tratamento de choque, em muitos casos literal-

mente aplicados à Nação durante o delírio milagreiro.

CRISE

A dívida externa brasileira, que em 1961 era de 3,4 bilhões de dólares e, em 1963, caíra para 3,1 e, hoje, superior a cem bilhões de dólares. Nesse mesmo período, a exploração interna dos trabalhadores se acentuou, como revelam os dados relativos à evolução do salário real, concentração da renda e da propriedade, desemprego, desnutrição e mortalidade infantil. Com a mesma velocidade se agravou a dependência externa. É a transnacionalização, como é chamado o processo pelo qual empresas multinacionais passam a controlar parcelas cada vez maiores da produção nacional, ao mesmo tempo que as grandes opções político-econômicas do país são transferidas para os grandes centros de um mundo nem tão ocidental, nem tão cristão.

O agravamento da crise econômica internacional (da qual o aumento dos preços do petróleo foi apenas um elemento e não o grande vilão) não provocou nenhuma modificação importante da política econômica. Contra todas as evidências e ridicularizando todas as advertências das oposições, os tecnocratas de plantão sustentavam que "não havia motivo para alarme" e que as dificuldades eram "passageiras". Quando o buraco se tornou maior que o país, durante o ano passado, os formuladores e aplicadores dessa política econômica, eximindo-se de qualquer responsabilidade, passaram a admitir, com tímida e falsa humildade, que "os problemas atuais se devem a erros cometidos no passado", como fez Delfim Netto, em mais de uma entrevista.

Admitir erros no passado, mesmo de própria autoria, não significava, para o governo, rever seriamente o famoso "modelo", ainda mais em véspera de eleição. "O Brasil não recorrerá ao FMI. Essa informação não tem o menor fundamento", assegurava Galveas... uma semana antes de iniciar as negociações. Os oposicionistas, em bloco, e até alguns ex-colaboradores importantes do regime, como o ex-ministro da Fazenda Karlos Rischbieter, chamaram a atenção para a gravidade do problema. A necessidade de negociações políticas com os credores era levantada. "Renegociar a dívida é coisa de economista desocupado", sentenciou Delfim. "Moratória? Além de desnecessária,

prejudicial", repicavam Galveas, Bulhões e outros notáveis do regime.

INSOLVÊNCIA

De desmentido em desmentido o Brasil foi levado pelo regime à situação em que se encontra hoje, insolvente e contagiado pela discussão da moratória. "Nosso problema é que ficamos falando tanto em prosperidade, pleno emprego, que nós não nos preparamos para isso que estamos passando", argumenta sem o menor sinal de constrangimento, Roberto Campos — ex-ministro do Planejamento do Marechal Castelo Branco, recentemente convertido em senador pelos votos de milhares de mortos mato-grossenses — ao defender, a moratória no Congresso, na segunda quinzena de maio.

Inesperadamente, a moratória promove estranhas alianças: Celso Furtado e Roberto Campos; grande imprensa e jornal *Hora do Povo*; parlamentares da situação e da oposição. Nem todos, porém, foram seduzidos pela nova deusa do arraial. Banqueiro, por exemplo, adoece só de ouvir falar. Por isso, Pedro Conde, presidente do Banco de Crédito Nacional e ex-presidente da Federação Brasileira de Bancos, diz que "essa palavra não faz parte do meu vocabulário". Ele prefere falar de negociação a "prazos mais largos".

Sutileza como a de Conde desaparece por inteiro se o banco for um dos credores: "Para um País como o Brasil, a moratória seria desastrosa", comenta soturnamente o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, atual diretor do Citycorp, o banco que mais emprestou ao País. Mais consciente de a quem serve, Anthony Gebauer, vice-presidente do banco Morgan (segundo maior credor do Brasil), vocifera: "Moratória é coisa de louco, coisa de Fidel Castro". Com a mesma lucidez, ele presidiu o consórcio de bancos com quem Delfim, Galveas e Langoni negociaram um grande empréstimo, há alguns meses. Na época, ele chegou a sugerir aspectos contratuais "mais vantajosos para o Brasil".

Durante a sábatina a que foi submetido em maio, no Senado, Delfim forjou um novo argumento contra a moratória. Contrariando a mais evidente realidade, ele argumentou que a medida inevitavelmente provocaria o fechamento do regime. Teimosa, a história recente aponta o contrário. Para que

a receita do FMI fosse aplicada no Chile e na Argentina, com os resultados conhecidos e que já despontam no País, foi necessária toda a fúria anti-humana de Pinachet e dos generais, tudo em nome da luta contra o "caos".

A situação do Brasil, contudo, é diferente. Figueiredo não se parece com Isabelita. Isso é reconhecido até por pessoas próximas ao governo. "O Brasil caminha em uma faixa perigosa, na divisa entre a sociedade organizada e o caos" disse Rischbieter à Gazeta Mercantil, advertindo sobre as consequências políticas e sociais da atual situação. "Temos de dizer que não podemos pagar. Há uma hora em que o problema social supera o econômico", completou. Na mesma linha, um banqueiro londrino ouvido por Sampson, vê a possibilidade de uma crise internacional. "Se houver uma ameaça real ao sistema bancário internacional, ela bem poderá começar nas favelas de São Paulo", observou.

QUESTÃO POLÍTICA

Com menos retórica e mais objetividade que os banqueiros, a "Carta do Ibre", editorial da revista *Conjuntura Econômica* de junho afirma que o Brasil "já enfrenta uma moratória não-oficializada". A "Carta", que representa a média das opiniões dos professores da Fundação Getúlio Vargas sustenta que o país não tem condições de pagar sequer o

serviço da dívida (juros e amortizações) e que nem os bancos privados internacionais podem resolver o problema. O problema é político e global.

Tão equivocado quanto discutir sobre a conveniência de uma moratória que já está em andamento é propor, como fazem alguns parlamentares de oposição, aos quais de maneira oportunista aderem outros situacionistas, a reforma ministerial com a demissão da atual equipe econômica. Como argumentam os economistas cariocas Carlos A. Afonso e Marcos Arruda, "se forem sugestões amigáveis ou imposições técnicas. A uma e outras Delfim e seus companheiros curvaram-se com legítima abnegação. Não só eles, mas muita gente mais... O principal, na verdade, veio de cavalheiros menos expostos à curiosidade pública, manipulando grandes interesses nas capitais das finanças internacionais".

A questão não é, pois, pagar a dívida ou não; negociar ou não. É muito menos demitir ministros. A questão é política. Por essa razão, as forças que detêm o poder e que levaram o País à situação em que se encontra não serão capazes de encontrar a alternativa de ruptura da situação de dependência internacional. Esta é a missão de um novo poder que ainda está por ser conquistado e que represente os interesses dos operários, dos camponeses e dos demais setores populares responsáveis pela produção da riqueza nacional.



PIOR QUE ENCHENTE

Kleinubing não sabe o que diz

O agricultor catarinense está entre a cruz e a espada. Perdeu boa parte da safra deste ano com as chuvas de abril e maio (como sempre sem cobertura do PROAGRO) e para recuperar-se vai precisar de créditos — mas os juros vão subir justamente agora.

Pior do que a enchente somente a inexistência de uma política para o setor. Além, é claro, da presença de um engenheiro de computação na pasta da Agricultura. Nada contra estes profissionais, mas se Vilson Kleinubing não tivesse sido eleito, seria o homem certo para o lugar? A resposta é não. Recebeu o cargo por ter sido o mais votado do PDS. Está sendo preparado para suceder Esperidião Amim em 1986 — à custa de novas experiências sobre o setor vital da economia do estado.

Há poucos dias um agrônomo foi demitido de uma importante empresa estatal depois de ironizar a atuação de Kleinubing ("este secretário confunde focinho de porco com tomada de luz"), mas até mesmo a imprensa especializada já nota a fraqueza de seu desempenho. Em recente entrevista, depois de defender o aumento do lucro do produtor, sem defender o aumento de produção, o que é incoerente e socialmente injusto, Kleinubing produziu uma frase de efeito, totalmente falsa: "Em Santa Catarina a reforma agrária já foi feita".

Esta frase infeliz é desmontada por dados do próprio governo, onde está evidente que crescem os latifúndios e que até mesmo empresas estrangeiras detêm vastas áreas de terra no estado. Há 27 empresas que exploram diretamente seus latifúndios.

Somando-se as áreas destas propriedades, cadastradas em pesquisa de 1979, da Comissão Pastoral da Terra, teremos 288 mil hectares. Considerando-se 16 hectares o módulo rural suficiente para a subsistência de uma família média, daria para dividir esta área em mais de 18 mil minifúndios.

CONTROLE ESTRANGEIRO

Destas empresas, pelo menos quatro tem seu capital diretamente ligado a empresas estrangeiras. Exemplo é a Confloresta, do Canadá. Em 1981, aumentando mais de 120%, elas já concentravam 145.673 hectares, nos municípios de Araquari, Barra Velha, Campo Alegre, São Francisco do Sul, Corupá, Luis Alves, Ilhota, Guarimirim e Joinville.

A Olinkraft Celulose e Papel Ltda, com 99,6% de seu capital em mãos da empresa americana Olinkraft Inc., tinha em Lages, Alfredo Wagner e Ponte Alta até

1979, 36.404,4 hectares de nosso território. A Rigesa Celulose Papel e Embalagem Ltda, com 99,8% de seu capital pertencente a Westvaco Corporation (EUA), concentrava até o final da década de 70, mais de 34.734 hectares em Santa Cecília, Itaiópolis, Canoinhas, Mafra, Três Barras, Porto União, Irenópolis e Major Gercino. A Papel e Celulose Catarinense, com 19,18% de seu capital pertencente a Internacional Finance Corporation (EUA) e 9,5% com a Adela Investment Company (Luxemburgo) concentrava 36.540 hectares em Lages, Canoinhas, Curitiba, Bom Retiro e Monte Castelo.

Afirmar, portanto, que não existe propriedade concentrada em Santa Catarina é mentir ou desconhecer a realidade. Elas não só existem como vem crescendo a cada ano. Os dados são do próprio governo, publicados pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, com base em cadastramento do INCRA, no "Quadro comparativo dos imóveis rurais por área ocupada em Santa Catarina 72/78".

Em 1972 havia 223.378 propriedades com até 50 hectares, enquanto que no cadastro de 78 "desapareceram" 26.049 destas propriedades.

Outra conclusão do quadro da CEPA é a demonstração de que só os latifúndios vêm crescendo em Santa Catarina. Os imóveis com área até 100 hectares, que em 1972 ocupavam 58,09% da área cadastrada, em 1978 diminuíram para 55,2% do território mapeado. Os imóveis com área entre 100 e 500 mantiveram uma relativa estabilidade nos dois anos de referência. Já as propriedades com áreas de 500 até mais de 5000 hectares cresceram seu território de influência em 3,13%.

A "reforma agrária" está sendo feita pela extinção do minifundiário, pilar da economia do estado.



FIM DE PAPO

Não do povo aos 130 %

“O Governo federal terá de voltar atrás em sua decisão de aumentar em 130% as prestações da casa própria. Se os mutuários depositarem o valor em juízo, vão comprometer irremediavelmente o Sistema Financeiro da Habitação, obrigando o governo ao recuo. E não há clima, hoje, entre os 4 milhões de mutuários do País, para aguentar mais promessas falsas como as que têm sido feitas pelo Ministro de Interior, Mário Andreazza”. Estas afirmações são de Paulo Estrela, presidente da seção catarinense da Associação dos mutuários de Habitação de Brasil (ASMUTHBRAS).

“Só há uma maneira de conter este abuso, continua Estrela. É a união de todos os mutuários, através da Associação. Há um movimento nacional em andamento, acredito que a medida será combatida. Nós daremos assistência jurídica a todo mutuário que quiser ingressar na justiça”.

Logo depois que anunciou o aumento de 130%, com algumas opções que só servem para tirar ainda mais o dinheiro da maioria, os presidentes regionais da Associação se reuniram em São Paulo.

Eles decidiram que deve ser dado um basta à situação. O aumento torna insustentável e insustentável a situação de 4 milhões de brasileiros. Todas estas pessoas já estão tirando do salário um valor muito alto para poderem pagar o BNH. Até a comida está sendo racionada, em muitos casos.

Assim, a solução encontrada pela Associação é o depósito judicial da prestação da casa própria, ao mesmo tempo que pressionará o Governo Federal para revogar sua decisão. Para ingressar na Justiça é necessário o novo carnê com a prestação aumentada, o contrato de financiamento e o contracheque ou comprovante de renda da pessoa que financiou o imóvel. Segundo Estrela, as ações serão individuais. Cada mutuário entrará com uma, assistida pela ASMUTH. Ele prevê que com o depósito judicial das prestações o SFH — bancos, financeiras e construtoras — vão falir e arrastar consigo o BNH. Defende esta tese afirmando, que muitos agentes financeiros estão inadimplentes junto ao Banco, excluindo a Caixa Econômica Federal.

POUPANÇA AMEAÇADA

A falência destas instituições deverá ocorrer porque, enquanto os valores das prestações estiverem retidos na justiça, os agentes financeiros não poderão efetuar a captação dos recursos e, consequentemente, não poderão repassá-los ao BNH.

Paulo Estrela vê outra ameaça grave: “Se isto se concretizar — e só não vai acontecer se o governo voltar atrás — todas as pessoas que têm dinheiro na poupança que se cuidem. O dinheiro da poupança é quase todo utilizado na construção civil e sem o retorno do investimento, os agentes captadores de poupança não terão como pagar os poupadores. Há pouco tempo tivemos o exemplo da Caderneta Delfin, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tenho certeza que outras Delfins surgirão atingindo todo o sistema financeiro do País.

Mas se o governo não se sensibilizar e não voltar atrás determinando um reajuste da casa própria compatível com o aumento salarial, que para os servidores federais, por exemplo, foi de cerca de 70%, a Associação poderá optar por uma ação popular (coletiva) contra o BNH. A Associação está esperando o resultado do mandado de segurança impetrado pelo Juiz baiano, Lázaro Guimarães. Ele acionou o Sistema Financeiro da Habitação no Tribunal Federal de Recursos, visando a impedir a cobrança do aumento.

Guimarães, que sustenta a ilegalidade desse aumento — disse que os constantes aumentos das prestações da casa própria acima dos níveis da inflação e dos reajustes dos salários, conduzem a inviabilidade dos cumprimento dos contratos de compra de imóvel pelo SFH”.

Dilatação? Nunca. Correção? Jamais. O pior pode vir

“O argumento do Ministro Mário Andreazza nós já conhecemos desde 1981, quando ele estabeleceu o comprometimento familiar de renda. Quem ganhava até 5 salários mínimos teria um índice de 20%. De 5 a 10 mínimos era 25% e acima de 10 salários mínimos 30%. Mas na oportunidade ele não determinou o cumprimento destas normas recomendando apenas que os agentes financeiros estudassem caso a caso”. (Ainda é Estrela quem fala).

Hoje, após dois anos, está ocorrendo o mesmo, embora ele já tenha modificado para pior as faixas de comprometimento. A nova circular estabelece: até 3 salários mínimos 20%, de 3 a 7 salários 25%, de 7 a 15 mínimos 30% e acima de 15 mínimos 35%. Aumentaram as faixas de

comprometimento. Amanhã, quem sabe, novas medidas podem mudar tudo. E mudar para pior.

A incoerência é tamanha que, mesmo com a dilatação das faixas, o aumento de 130% extrapola o comprometimento de cada uma das faixas salariais. Realmente, pouquíssimas pessoas poderão pagar a prestação da casa própria.

DILATAÇÃO É PIOR

— Se o trabalhador aceitar a dilatação do financiamento nunca será dono do imóvel e sofrerá piores consequências com o aumento incrível do seu saldo devedor. Outra conversa demagógica é de que a utilização do FGTS — Fundo de Garantia — resolve o problema do aumento. Conversa. O FGTS deve ser utilizado pelo trabalhador quando ele perde o emprego, embora normalmente ele o utilize no pagamento do imóvel. Mas o caso específico do aumento de 130%, o FGTS não resolve, explica Estrela.

A correção semestral é uma opção pior ainda para os mutuários. Em junho o proprietário só pagará 98% de reajuste, mas nos meses seguintes — entre agosto e janeiro de 1984 — terá de pagar um novo aumento da prestação, que poderá ultrapassar 180%.

Por exemplo, quem paga Cr\$ 50 mil em junho, com o reajuste semestral pagará Cr\$ 99 mil em julho, devido ao reajuste de 98%. Mas até janeiro pagará Cr\$ 140 mil, sofrendo um aumento de 181%.

Como os novos aumentos do próprio ano serão calculados em cima deste valor corrigido hoje em no mínimo 130%. A situação vai ficar ainda mais insustentável. Por exemplo, no caso anterior, o mutuário que pagava Cr\$ 50 mil até junho deste ano e optou pelo reajuste semestral, e julho do ano que vem — tomando por base uma correção de 100% — vai ter de pagar 280 mil. Pode?

Seiscentos mil mutuários estão atrasados em suas prestações. Estimativas indicam que este número vai chegar, com o aumento de 130%, a 4 milhões e 100 mil, que é o total de mutuários do BNH.

Comprometimento está acima dos aumentos salariais

Independente da categoria profissional, todos estão sendo atingidos. O engenheiro Gil-



BNH

berto Siqueira, há dois anos, quando comprou a casa, pagava Cr\$ 50 mil de prestação. Agora, com o aumento de julho, pagará Cr\$ 230 mil.

Ele afirma que há dois anos os Cr\$ 50 mil estavam dentro da sua faixa de comprometimento familiar, tão badalada por Andreazza. Mas ele reclama também dos 25% de sua renda total que são gastos todos os meses com impostos e INPS. “Um absurdo. O Governo já está cobrando demais, agora vem com este aumento”.

O funcionário público Jânio Xavier da Silva também acha que o aumento de 130% é explosão. Ele afirma que não tem como pagar pois seu reajuste salarial foi de apenas 64% este ano: “como vou pagar tanto se recebi tão pouco de aumento no salário?”. Mas está decidido: “Vou procurar a Associação dos Mutuários da Habitação para depositar em juízo a prestação”.

Outro funcionário, Oscar Rego, três filhos menores, morador do conjunto habitacional Artur Mariano, em São José, insatisfeito com a medida do Governo avisa que também vai depositar em juízo sua prestação. Com o aumento pagará Cr\$ 22 mil mensais ao BNH, enquanto pagava Cr\$ 9 mil e 600. Mutuário desde dezembro de 1981, Rego até junho do ano passado pagava Cr\$ 6 mil e 800 por sua casa de três quartos, sala, cozinha e banheiro. Apesar do número de peças, a casa é pequena, medindo apenas 48 metros quadrados. Ele critica que nos últimos dois anos o governo esteja decretando aumentos abusivos da casa própria, quando o reajuste dos salários é cada vez menor.

Cobrança ilegal pode levar COHAB à falência

A Companhia de Habitação do Estado (COHAB/SC) arrecadou Cr\$ 101 milhões em

taxas ilegais (de ocupação, melhoria e poupança) somente na Grande Florianópolis, em março de 1982, conforme denúncias amplamente divulgadas e jamais contestadas pelo órgão. Parte deste dinheiro, também segundo denúncias irrefutadas, foi utilizado na campanha eleitoral do PDS. Os moradores pagaram as taxas sob ameaça de não receber as chaves das casas.

E o pior é que se ao menos as casas fossem boas... Mas nem isto: construídas com material de péssima qualidade, a maioria dos conjuntos habitacionais apresenta prédios com rachaduras nas paredes e fundações, totalmente sem infra-estrutura. Qualquer chuva provoca alagamentos de grandes proporções. Este estado calamitoso ganha até mesmo as páginas da grande imprensa — mas nem assim o BNH vistoria ou impede as ocorrências, numa evidente cumplicidade com as empreiteiras.

A ASMUTH está com dezenas de processos judiciais tramitando contra a COHAB pela cobrança das taxas. Quando a primeira sentença for favorável, centenas vão tomar igual medida — o que poderá levar o órgão à falência.

Este é o quadro final: extorsão dos mutuários através das taxas, desrespeito no cumprimento da fiscalização, falta de infra-estrutura. O povo paga, sofre. E continua pagando e sofrendo.

Terra de ninguém: a ordem é lograr o comprador

Nos últimos dias têm sido denunciados dezenas de casos de pessoas ludibriadas por construtoras e imobiliárias. O próprio CRECI — Conselho Regional de Corretores de Imóveis — está preocupado com as irregularidades,

mas as denúncias são tantas que a entidade não sabe o que fazer.

Dois tipos de irregularidades são mais comuns. A primeira é a não devolução da poupança. A imobiliária recebe o dinheiro, garante ao cliente que ele preenche as condições para o financiamento e depois informa que, com o novo aumento, o cliente não satisfaz as exigências, mas não devolve o dinheiro. O cliente fica sem as suas economias e sem o imóvel. A enfermeira Maria da Glória Cabral é uma das vítimas deste logro.

Dona Maria da Glória comprou um apartamento da Construtora Vecan, em setembro do ano passado, pagando Cr\$ 130 mil de entrada à Imobiliária Terral. Mais tarde o banco negou o financiamento, prometido pela construtora. Chorando ela afirma: “Agora a imobiliária e a construtora não querem me devolver o dinheiro. Era tudo o que eu consegui poupar durante anos, são Cr\$ 137 mil. Além de não me devolverem o dinheiro, eles dizem que eu tenho de desistir do apartamento, porque querem vendê-lo para outra pessoa”.

A enfermeira que ganha Cr\$ 112 mil juntando com o salário da sua filha, reclama: “Tudo o que eu consegui juntar durante vários meses joguei na compra deste apartamento da Construtora Vecan. Como é que eu fico agora? Na época da compra a imobiliária recebeu a declaração de rendimento — dirigida ao agente, que seria a Caixa Econômica Federal e prometeu que tudo ia dar certo. Hoje eles dizem que o meu rendimento não dá mais. Como é que eu fico agora?”

Segundo o contrato de compra e venda que dona Maria da Glória assinou, o prazo de entrega do apartamento era até março deste ano, data em que preenchia os requisitos para o financiamento. Mas a construtora não entregou dentro do prazo.

E a imobiliária não fica livre de culpa neste caso e em tantos outros que estão sendo denunciados ao CRECI. A Terral poderá ser enquadrada na Lei nº 6.530, que rege a intermediação de imóvel e no Decreto nº 81.871, de 29 de junho de 1978, que no artigo 48, parágrafo 7º, diz: “Promover ou facilitar a terceiros transações ilícitas ou que por qualquer forma prejudiquem os interesses de terceiros”. Isto dá cassação do registro da imobiliária.

OUTRO CALOTE

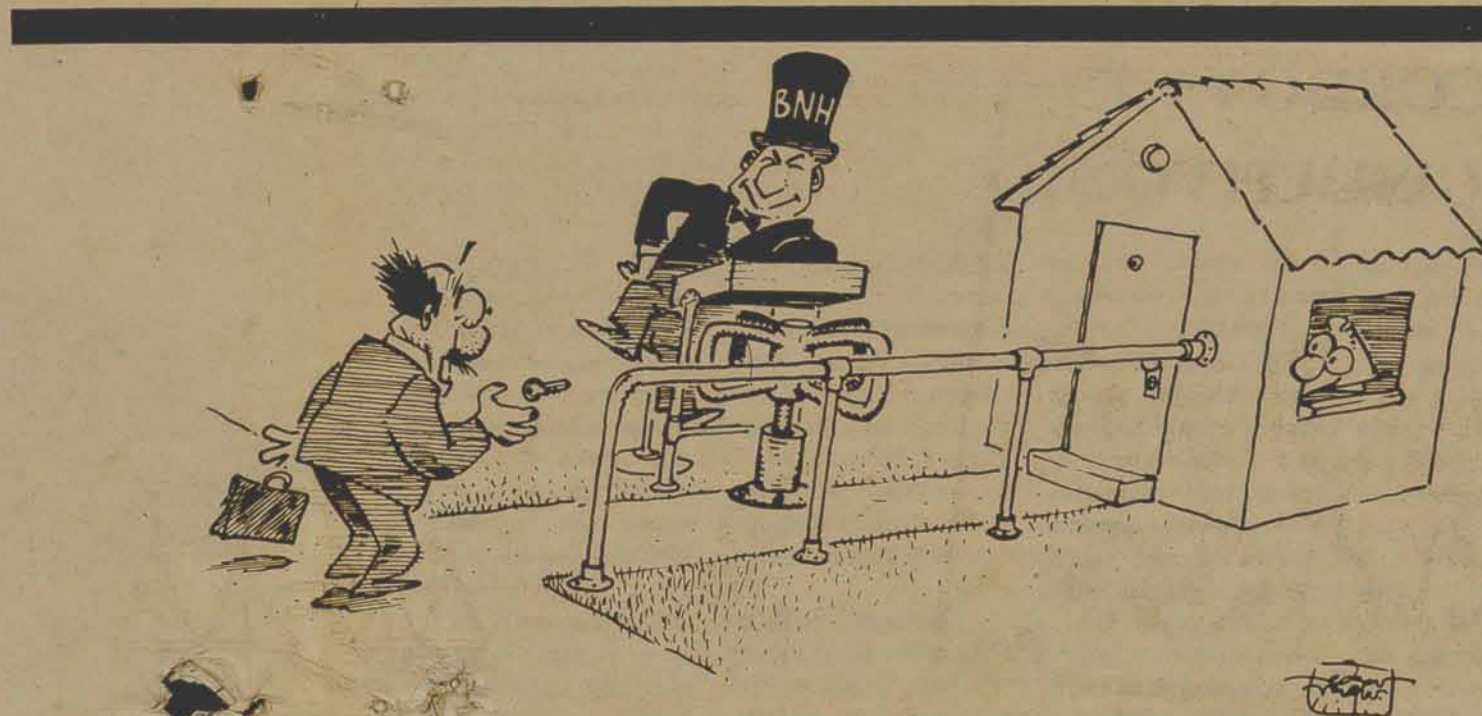
Embora também motivado pela recessão econômica, na maioria dos casos, o segundo tipo de irregularidade mais comum atualmente diz respeito aos prédios que não possuem incorporação registrada e não podem ser colocados à venda.

Somente a Construtora H. Schultz, do Balneário Camboriú, tem 100 mil metros quadrados de obras que legalmente não podem ser vendidas, mas que há vários meses já estão sendo comercializadas.

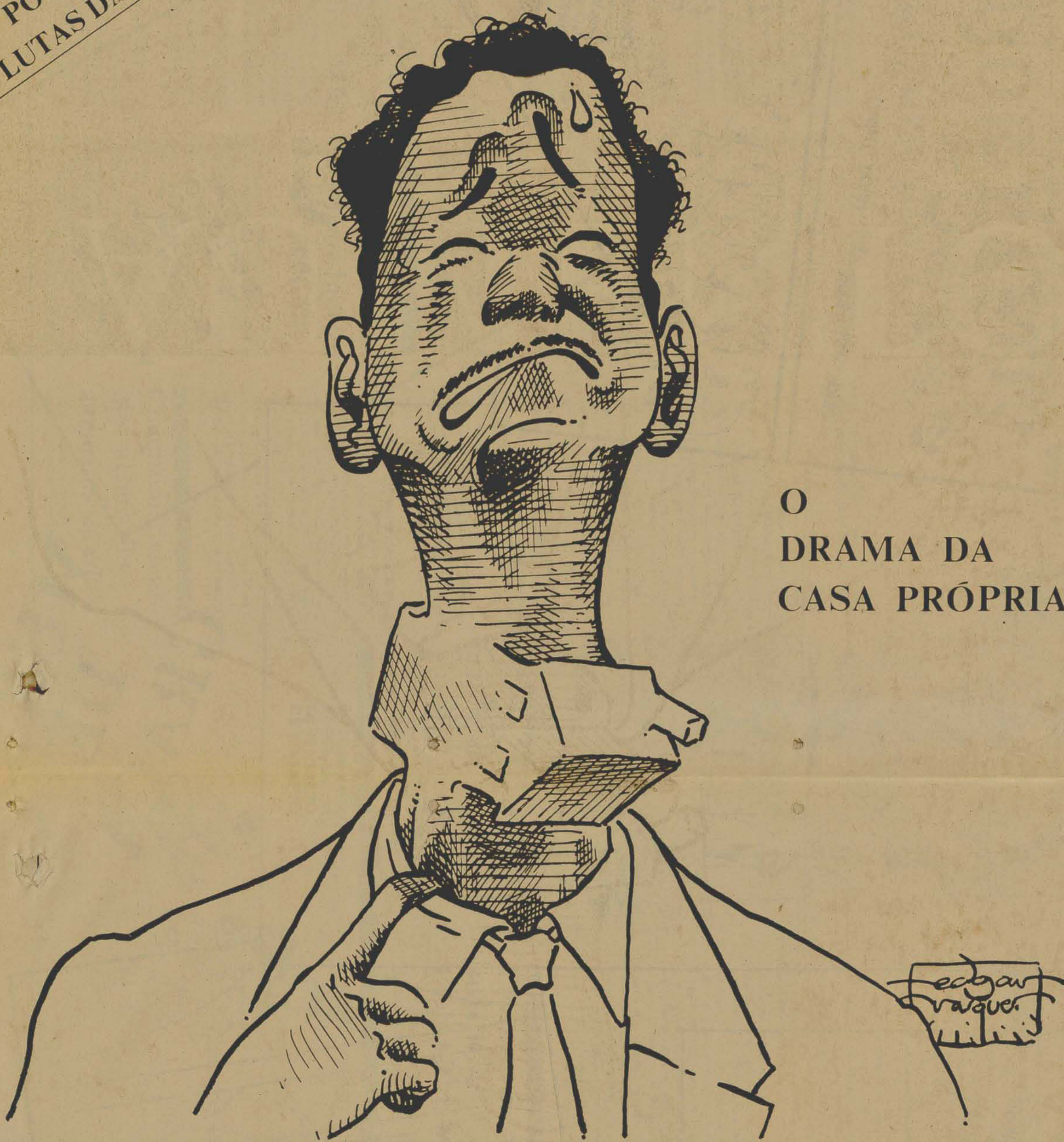
Ela tem a ousadia de anunciar na contracapa da lista telefônica, oito prédios contra os quais a CRECI tem processo administrativo em tramitação.



Água só em dia de chuva. E não é nos canos.



POSTER DAS
LUTAS DA MAIORIA



O
DRAMA DA
CASA PRÓPRIA

AUMENTO
NÃO

MURAL DE GRAÇA

COMEÇOU
A CORRIDA PELA
SUCESSÃO
PRESIDENCIAL.
OS CANDIDATOS
DEVERÃO
COMPARECER
AO 5º QG, DA III
DIVISÃO....



Oscar

O PRESIDENTE
CONVOCA OS
CIVIS PRESENTES
PARA DISCUTIR
A SUCESSÃO!!

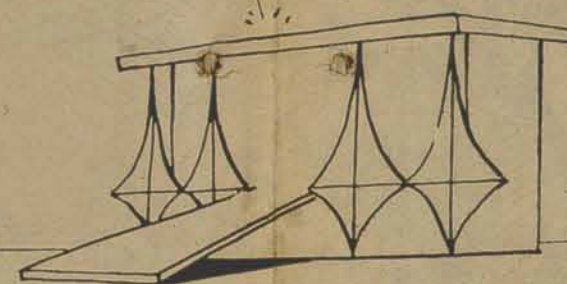


...UM!..DOIS!...UM!..DOIS!...UM!..DOIS!...

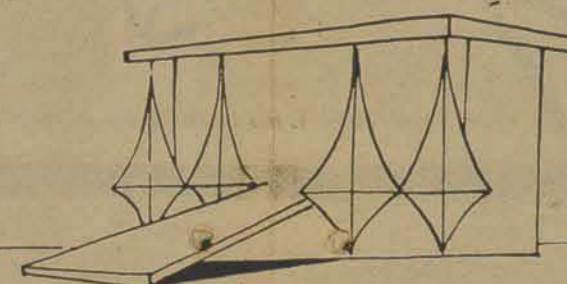


Oscar

DESEMPREGO,
DESEMPREGO!
DESEMPREGO!!
SÓ SE FALA NISSO.
VAMOS MUDAR
DE ASSUNTO!!



QUE TAL:
"ELEIÇÕES
DIRETAS"



Oscar

POR FAVOR!!
É AQUI QUE TEM
UMA VAGUINHA
PRA 85!!



Oscar

E ESCOLHIDO POR UNANIMIDADE
PARA **DESEMPREGADO PADRÃO 83:**
PEDRO PERIVALDO, CAGADO, QUARENTA
ANOS, SETE FILHOS, TRÊS
SAQUES, UM QUEBRA-QUEBRA...



Oscar

PEDINDO ÁGUA

Conciliação proposta por Figueiredo é rendição

A tese do governador Esperi-dão Amim, que defende a ne-cessidade de unir todos os seg-mentos do Estado "para a de-fesa dos interesses maiores de Santa Catarina", é apenas a face regional da moeda gasta da "conciliação" oferecida pelo general Figueiredo. Mais recentemente, sob o impacto do aguçamento sem preceden-tes da crise, a "mão estendida da conciliação" — que está va-zia mesmo — resolveu empu-nhar a bandeira branca da "trégua política". Ora, se a mão estendida era uma cilada para arrebanhar as ovelhas desgarradas da oposição em torno dos lobos do poder, a trégua é uma proposta de "ren-dição" ao povo brasileiro.

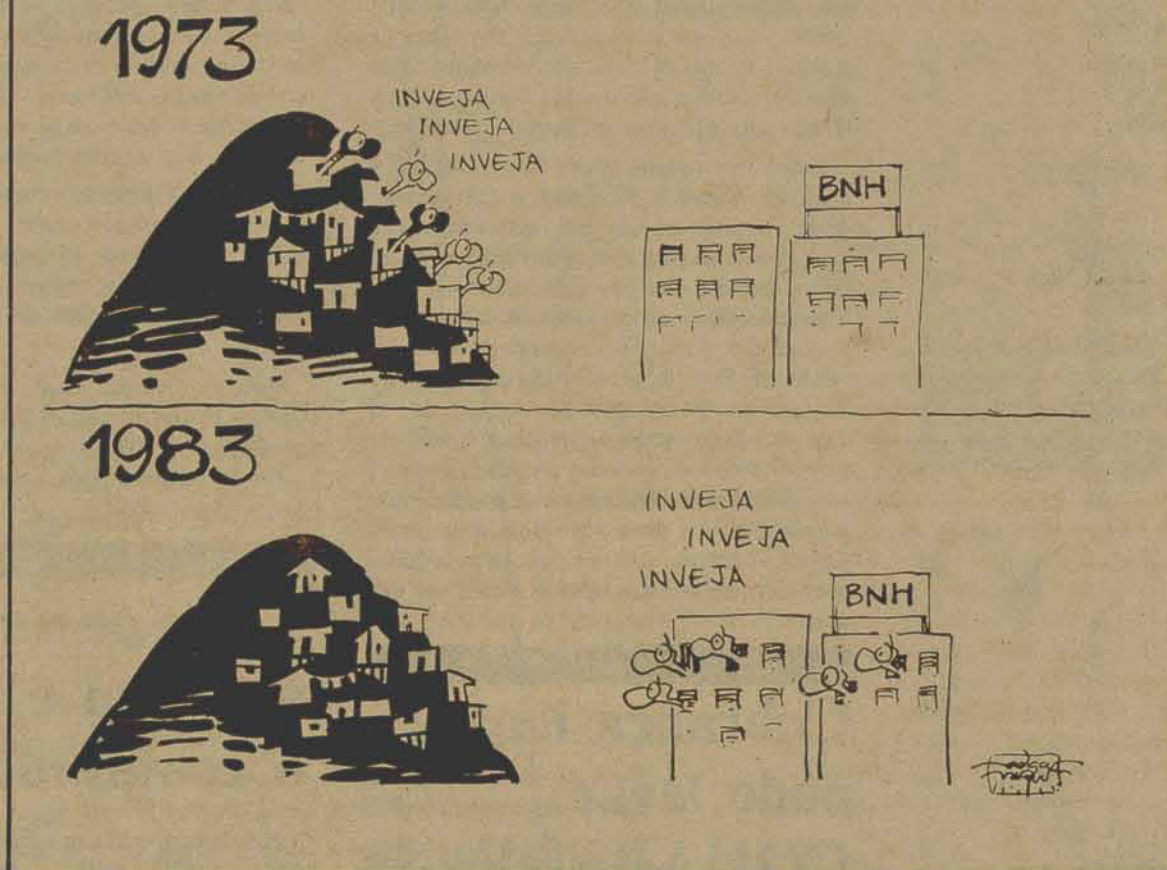
Depois de engordar os ban-queiros internacionais e os grandes empresários, através de uma política econômica vol-tada para a concentração de rendas e do capital monopolis-ta, o regime militar propõe que as reivindicações econômicas e sociais, as mobilizações popu-lares e a luta política sejam congeladas por algum tempo. Como o barco está à deriva nas águas profundas do Fundo Monetário Internacional, Fi-gueiredo e seus auxiliares tem-em um motim dos marinhei-ros. Por isso, estão pedindo às oposições que aceitem um pac-to de silêncio e subordinação. A "trégua" dos generais é uma proposta de submissão consen-tida até que, novamente, o re-gime acumule forças políticas para reprimir e submeter o povo com ou sem o consenti-mento das oposições.

Navegar é preciso? No en-tanto, se a "trégua" oferecida é um indício de que o barco do governo está à deriva, não fal-tam os hábeis navegadores oposicionistas sempre prontos a uma aventura no mar territo-rial do regime. O governador de Minas, Tancredo Neves, embora tenha recebido mil-hões de votos do PMDB, sem-pre mantém sua bússola apon-tando na direção do poder, seja ele qual for. Já o governa-dor Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, mesmo estigmatizado pelos militares em virtude de posições destemidas que assu-

miu em 1961, na "Legalidade", hoje em dia não perde oportu-nidade para demonstrar seu "bom comportamento". Bri-zola não se faz de rogado e, apesar da pouca experiência no ramo, está conseguindo provar que o monge também faz o há-bito. Para o líder máximo e ú-nico do PDT, que chegou ao Brasil lutando por um partido mais avançado do que as cor-rentes "liberais", os paradoxos verbais e os elogios à Figueire-do parecem ser a estratégia máxima do trabalhismo pede-tista. Aliás, o Governador do Rio, é o único, até agora, que teve a coragem de propor a prorrogação do regime de Fi-gueiredo por mais dois anos, em troca de uma imprevisível eleição direta patrocinada pelo próprio regime.

Porém, o brilho enganoso da "conciliação" e a pretensa astúcia de seus defensores não conseguem convencer os ope-rários, os desempregados, os estudantes e todos aqueles que sentem no dia-a-dia os resulta-dos das soluções antinacionais e antipopulares que o governo oferece para a crise. Amplos setores do PMDB, do PT e até mesmo alguns segmentos do PDT, reconhecem que a luta conseqüente por um futuro melhor para nosso país exige uma postura firme e decidida contra o regime militar e suas medidas econômicas.

O CARTUM DE EDGAR VASQUES



AUXILIAR DE CÓRDOVA É FANTASMA LEGISLATIVO

Nomeado procurador legislativo há um ano, com salário de um mil-hão de cruzeiros men-sais, o cartorário Walde-mar Salles ainda não apareceu para trabalhar na Assembléia, mas já apresentou seu pedido de aposentadoria — na cer-ta estimulado pelo prece-dente de 160 aposentado-rias frias patrocinadas por Eptácio Bittencourt na legislatura passada.

Figura badalada nas co-lunas sociais, Salles aver-bou o tempo de serviço como auxiliar de car-tório.

Além desta polpuda aposentadoria, Salles po-derá contar com seu novo emprego — tomou posse como assessor do ex-governador Henrique Córdova na Caixa Eco-nômica Federal, em Brasília. Registre-se que foi o mesmo Córdova

quem obteve sua no-meação à Procuradoria do Legislativo.

Salles nunca apareceu para trabalhar na As-sembléia, fato comprova-do pelo depoimento dos demais funcionários. Mas isto não espanta, ante as recentes denún-cias da existência de fan-tasmas no órgão. O pior é que quando Córdova criou os cargos no Legis-lativo (lei nº 6.084 de ju-

lho do ano passado obte-ve em troca, de Eptácio Bittencourt (PDS), então presidente da casa, a efe-tivação de Salles no car-go, mas sem especificar-lhe as funções. Na falta de resolução que o fizes-se, Salles achou-se no jus-to direito de ir para casa. E foi.

A denúncia, feita na tribuna por Dércio Knop (PMDB), pegou o PDS desprevenido. Otacílio

Ramos, ex-integrante da Mesa da AL que nomeou Salles, tentou arremedar uma defesa. Mas quando foi exibido o pedido de aposentadoria, ele deu a mão à palmatória. Knop reclama de casos como este porque "os funcio-nários obtiveram um au-mento insignificante na última mensagem do go-verno — mas são os que efetivamente traba-lham".

ESTÃO QUERENDO QUE A OPOSIÇÃO PAGUE O PATO

Governo tenta responsabilizar Oposição por dívida de 420 bilhões

A verdade finalmente aparece — a dívida do Estado cresceu 10 vezes apenas nos últimos dois anos. Passa dos 400 bilhões, consequência do descalabro administrativo e dos gastos na campanha eleitoral. Para amortizar esta imensa dívida, será preciso sangrar a economia dos catarinenses em Cr\$ 140 bilhões, este ano.

E mesmo assim não vai adiantar, pois a tendência irrecuperável é continuar crescendo, como um tumor maligno — qual a fórmula para pagar os 140 bi da amortização e os 250 bi necessários ao funcionalismo, se a receita prevista é de apenas 305 bi? Vai faltar cerca de 80 bi, que na certa serão tomados em novos empréstimos, novos juros, uma imensa bola de neve a ser paga pelo suor de todos os catarinenses.

"OPOSIÇÃO É CULPADA"

Parece piada, mas não é. O ex-governador Henrique Córdova, o mesmo que mobilizou todos os recursos do Estado pró-PDS na campanha eleitoral, desrespeitando a legislação e o bom senso, *ingenuamente* não vê correlação entre os gastos eleitorais e a dívida. Em entrevista ao jornal *O Estado*, em 8 de maio, acusa a Oposição de "responsável pela dívida do Estado". Alguém se lembra de ter ouvido dizer que Jaison, Lígia Doutel de Andrade ou Eurides Mescolotto tenham autorizado qualquer despesa na administração estadual?

Não. Pelo contrário: A própria propaganda oficial afirmava que a Oposição boicotava, no Congresso, a obtenção de novos empréstimos. O que prova que tentou impedir o crescimento da dívida, infelizmente sem sucesso.

Dois pesos, duas medidas. Na hora de dar aumento ao funcionalismo, índices baixos porque o tempo é de crise e a arrecadação estadual baixa. Na hora de assumir politicamente os desmandos das administrações anteriores — às quais pertenceu — Esperidião Amin mobiliza a imprensa comprometida para confundir a opinião pública. Seu líder na Assembleia Legislativa, deputado Moacir Berteli, afirmou, em discurso recente, que a dívida é "tranquilamente administrável".

É muito otimismo para tanta dívida. Garantiu que Cr\$ 420 bilhões é uma quantia "modesta", acrescentando que o problema está nos prazos, estes sim "impróprios". Errado. Não é modesta e os prazos, todos sabiam, pois foram os mesmos que tomaram o dinheiro e o gastaram.

MAIS MENTIRAS

O dócil secretário da Fazenda, Arno Batschauer afirmou que recebeu, em 15 de março, uma dívida de Cr\$ 320 bilhões. Portanto, alguém já está, felizmente, roubando apenas as dívidas, pois ela é de 420. Faltam 100. Só vão aparecer, é claro, na hora de todos pagarmos. O BESC reconheceu, em documento à bancada pedessista, que somente a dívida interna já é de Cr\$ 127 bilhões, superior à arrecadação do ano passado, quase igual aos Cr\$ 132 bi.

Crescer 10 vezes em apenas dois anos (confira o quadro), conforme dados oficiais e jamais contestados pelo governo, não é algo que possa ser justificado por Córdova e Jorge Bornhausen. Tanto não pode que ambos largam o peso nas costas da Oposição, via imprensa comprometida.

É fácil para Córdova responsabilizar a Oposição pela dívida, como fez em entrevista ao Clube dos Repórteres Políticos da Capital, mas fica difícil explicar porque o PDS era derrotado no Congresso pela minoria oposicionista, na obtenção de empréstimos. Simples — os parlamentares governistas não costumam participar das sessões e, portanto, não conseguiam vencer as votações.

O MAL VEM DE BRASÍLIA

Mas o governo estadual e o PDS são apenas cúmplices no processo de endividamento, além, é claro, de gestores irresponsáveis e ineficientes. O grande mal vem do modelo econômico do País, sempre privilegiando latifundiários e

grupos exportadores com doações de dinheiro público (os subsídios). A situação se tornou tão alarmante que, em 1980, elas atingiam 99% da arrecadação tributária brasileira, segundo o depoimento insuspeito de Carlos Langoni, presidente do Banco Central.

A política econômica centralizando em Brasília todos os recursos dos estados e municípios, sangra as economias regionais de recursos. E os grupos multinacionais, protegidos sempre pelo regime imposto em 1964, escoam impunemente divisas em forma de lucros, royalties, assistência técnica e importações.

Na medida em que os governos da Revolução foram endividando o País, passaram a transferir a realização desta dívida também aos governos estaduais. Estes, dentro da mesma concepção autoritária, também aumentaram a dívida, esbanjando em mordomias, emprego (duplos e triplos empregos, conforme lista recente publicada pelo Tribunal de Contas) e obras cuja prioridade é questionada porque não tiveram a participação popular na sua formulação e decisão.

REPÚDIO

Tentar contornar o problema buscando uma maior arrecadação de ICM, como pretende Amin, entre outras medidas, é ilusão. A arrecadação não cresce porque o nível de sonegação de impostos tem aumentado, conforme denúncia feita pelo Secretário da Fazenda, Arno Batschauer. Esta sonegação, em parte, são favores pós-eleitorais, em virtude do financia-

mento da campanha do PDS pelos grupos econômicos que dominam o estado.

Os cortes nos gastos públicos têm sido irrisórios se comparados ao arrocho de salários a que a população vem sendo submetida desde 1964. Nos últimos 13 anos o salário mínimo perdeu 300% do poder de compra.

As saídas propostas pelo governo catarinense e federal para a dívida, só podem ser repudiadas pelo povo, porque é a política do entreguismo, da submissão ao FMI e da imposição de políticas recessivas que levam ao desemprego milhões de pessoas no país, e ao arrocho dos salários dos que ainda conseguem se manter empregados.

Só existe uma saída para tamanho caos: as forças populares se

organizarem para arrancar do autoritarismo o espaço para manifestação livre, fazendo com que o seu poder se faça presente nas decisões. O que o povo não acredita, nem os que inocentemente votaram em Amin, é que a saída para a dívida possa ser conseguida por este governo descomprometido com os seus anseios.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DO GOVERNO DE SC

1975 —	Cr\$ 1.150.428.401,00
1977 —	Cr\$ 3.191.675.810,00
1979 —	Cr\$ 11.702.469.229,00
1981 —	Cr\$ 49.010.672.867,00
1983/março	Cr\$ 420.000.000.000,00

Fontes: Secretaria da Fazenda e documento do Líder do Governo na Assembleia, Deputado Moacir Berteli.

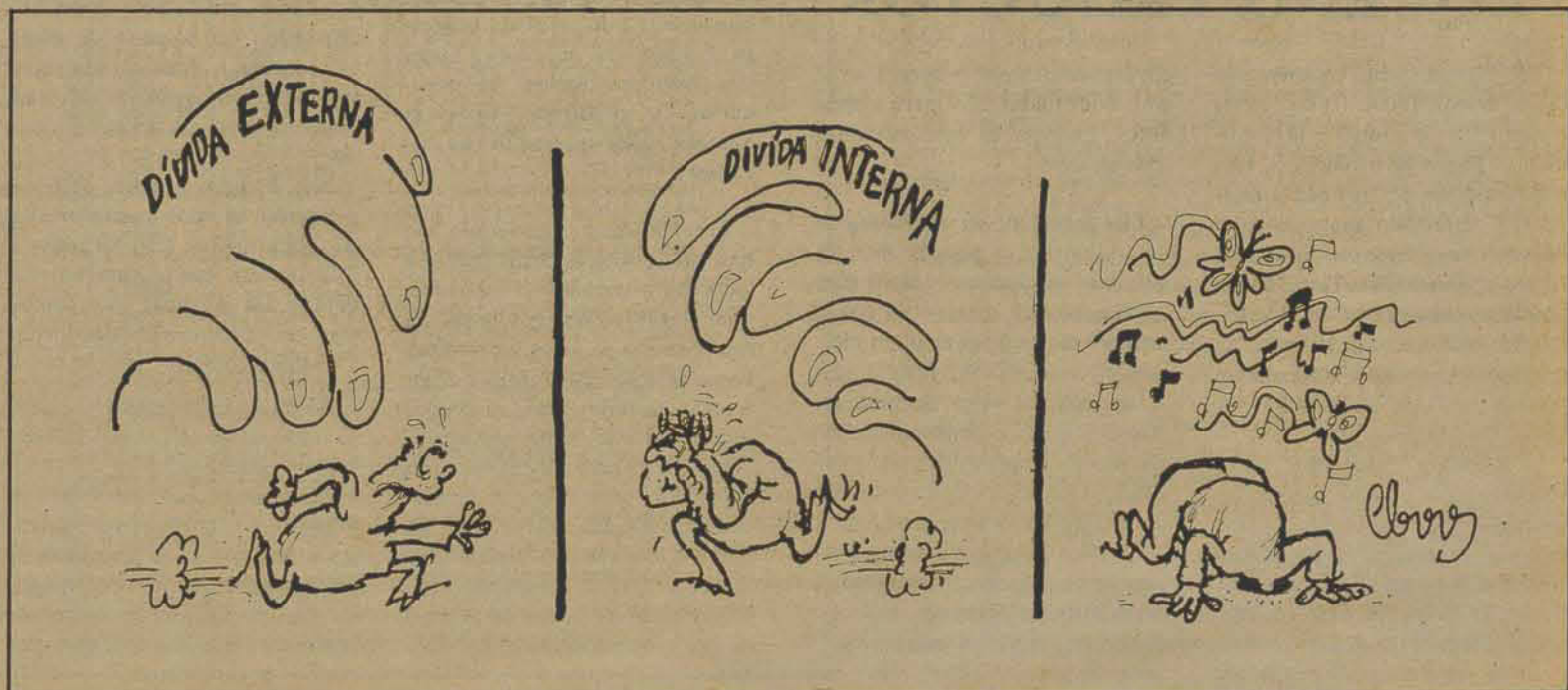
PRÓ-CUT EM CRICIÚMA

ATRELAMENTO

Este desvio dos sindicatos de suas funções enquanto entidades da classe trabalhadora, tem sua explicação histórica. Há 40 anos, sob a égide da mão forte de Vargas, assinou-se a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Os dirigentes sindicais não precisam trabalhar: o Governo assegura o seu salário.

Para o Presidente da Federação dos Empregados do Comércio do Estado de SC (FECESC), e representante da Intersindical, como é chamada a PRÓ-CUT de Santa Catarina, Francisco Alano, "a estrutura sindical de hoje já provou que não tem intenção de resolver os problemas da classe trabalhadora, porque uma estrutura que consegue sobreviver aos mais diferentes governos (Getúlio, Juscelino, Jânio, Jango, Castelo, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) evidencia o caráter de servidão aos interesses governamentais e patronais."

A Intersindical reúne aproximadamente 100 entidades classistas. É formada pela Comissão Estadual — que por sua vez é composta pelo Sindicato dos Médicos, FECESC, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Mineiros, Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma, ALISC e APUFSC — e também pelas Comissões Regionais representadas, em Florianópolis, pela Associação Brasileira dos Enfermeiros (ABEN/SC). Em Joinville, Sindicato dos Bancários; Caçador, Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Criciúma, Sindicato dos Comerciantes; em Lages, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Papelão. Na Comissão Estadual há, ainda, a representação de cada Comissão Regional.



ENQUADRADO NA LSN

Perseguição é tentativa de acuar imprensa

O silêncio, às vezes, é uma das formas pela qual a imprensa comprometida com o atual regime demonstra sua solidariedade com a repressão política. Por isso, talvez, poucos sabem que o jornalista Ronaldo Kavanagh, do jornal *Extra* de Joinville, está sendo enquadrado no artigo 33 da Lei de Segurança Nacional, por supostas "ofensas ao Ministro do Exército".

O motivo do processo foi um artigo escrito pelo jornalista, em setembro do ano passado, analisando as contradições entre a Igreja e o Estado, lembrando as violências cometidas contra os setores progressistas da Igreja, como a prisão de padres, a violação de correspondências e a falsificação do jornal *O São Paulo*.

O enquadramento de Ronaldo não é uma injustiça isolada cometida contra um catarinense, pois já são dezenas de processos em todo o País, movidos sempre contra jornalistas, sindicalistas ou lideranças populares. Na verdade, a Lei de Segurança Nacional é um instrumento usado para manter a "segurança" dos "Delfins" e "Figueiredos" do Governo, além de banqueiros e grandes empresários que eles representam, contra os interesses da imensa maioria da Nação.

REVISÃO OU REVOGAÇÃO?

Em todo o País, cresce o repúdio à LSN e ampliam-se as mobilizações populares. No entanto, como ocorre frente a todas as questões políticas relevantes, os diversos segmentos oposicionistas divergem na maneira de enfrentar

essa luta. Revogação ou revisão? Certamente, não se trata apenas de uma questão de palavras. São dois enfoques diferentes sobre o enfrentamento ao regime militar. Aqueles setores que pedem, timidamente, a "revisão" da Lei de Segurança, acreditam que estamos numa verdadeira "transição democrática" avalizada pelo General Figueiredo e outras patentes militares. Assim, a LSN — mesmo no caminho do inferno — estaria plena de boas intenções. Essa ingenuidade, porém, não tem origem nas lutas operárias, estudantis e populares, nas quais se percebe a natureza do poder no Brasil pela didática dos cassetes, das bombas de gás lacrimogênio e baionetas caladas. A proposta da "revisão" nasce dos gabinetes atapetados de certos políticos "oposicionistas" que não querem constrianger os generais ou, até mesmo, de hábeis representantes do Governo que preferem negociar alguns anéis para manter intactos seus dedos avarentos.

Se o Governo mandar ao Congresso Nacional um projeto modificando a Lei de Segurança Nacional, tornando-a mais branda, não há dúvida que as oposições deverão aprová-lo imediatamente. No entanto, os parlamentares e demais lideranças comprometidas com os interesses populares sabem que a bandeira da "Revogação da LSN" indica, não só o objetivo final, como a forma mais efetiva de obter do regime mesmo alguns recuos parciais enquanto não existirem forças políticas capazes de revogá-la.

EMPRESAS EXPLORAM PEQUENO PRODUTOR

As agroindústrias alimentares (aves, suínos, fumo, frutas, cana) penetraram no campo e já dominam os pequenos produtores, sem riscos, através da "produção integrada". O modelo aparentemente benéfico, foi desenvolvido na Europa e entrou no Brasil através das multinacionais produtoras de leite. A Sadia se encarregou de aperfeiçoá-lo e hoje é amplamente aplicado por outras empresas do Oeste Catarinense.

O produtor "integrado" mantém uma relação exclusiva com determinada agroindústria, que lhe financia os meios de produção, comprando posteriormente a produção. O padre Ivo Oro, coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra e vigário de Chape-

có, explica que este processo se dá com evidente prejuízo para o produtor. Exemplifica com as indústrias de aves:

Elas fornecem ao seu "integrado" pintos com poucos dias de vida e os readquirem aos 70 dias de engorda. O sistema de pagamento é baseado num dado chamado *conversão*. Os índices são manobrados a partir do peso do frango e a ração consumida, fornecida pela empresa, durante a engorda. Ora, os equipamentos de um aviário custam cerca de 5 ou 6 vezes mais do que o faturamento bruto anual. Assim, o "integrado" descapitaliza, torna-se mão-de-obra disponível e barata às agroindústrias.



ELES NÃO PASSARÃO

Americano tenta derrubar o governo da Nicarágua. O povo resiste

A intervenção dos Estados Unidos na América Central transformou-se, nas últimas semanas, em guerra aberta, embora não declarada, à Nicarágua. Ao mesmo tempo, através do envolvimento direto em El Salvador, Honduras e Guatemala, e ao lado dos governos ditatoriais destes países, provocam os EEUU a regionalização do conflito.

A ambígua linguagem diplomática foi abandonada. A embaixadora nas Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick, defende publicamente um maior envolvimento militar, que viola leis do próprio Congresso. E asseguram que, com a ajuda dos Estados Unidos, os partidários do ex-ditador Anastácio Somoza voltarão ao poder na Nicarágua.

Em Honduras, convertida em base de assalto à Nicarágua e à guerrilha salvadorenha, os representantes dos Estados Unidos, há muito tempo já passaram das palavras às ações. Para armar e abastecer o exército local, os grupos somozistas e as tropas salvadorenhas, foi preciso converter a embaixada na terceira maior do continente, superada apenas pelas do Brasil e do México. Nela trabalham 147 civis, 97 "assessores" militares e 210 membros do "Corpo da Paz" (o quarto maior do mundo).

Todas as noites decolam das bases norte-americanas, no Panamá, aviões de carga com armas para os somozistas e para as tropas salvadorenhas. Além disso, esses aviões dispõem de equipamentos eletrônicos que permitem a obtenção de informações previstas sobre a região sobrevoada. guerrilha salvadorenha aumenta sua força, apesar das sucessivas "limpezas" praticadas pelas forças do governo. E os nicaraguenses desbaratam as ofensivas lançadas a partir de Honduras.

Por que um pequeno país, de economia ainda quase feudal, recém saído do desgaste de longa luta contra a ditadura consegue sobreviver às agressões da mais poderosa máquina bélica do mundo?

Nos Estados Unidos, 75% da população se opõe a um aumento da ajuda militar a El Salvador e 78% pensam que o governo não deve tentar derrubar os sandinistas. Os dados são do jornal "Washington Post".

Por que a própria opinião pública norte-americana se revolta contra a intervenção?

Bestializados por uma forma de organização da sociedade superada e decadente, os responsáveis pela política externa dos Estados Unidos revelam-se incapazes de entender a História e de aprender com os próprios erros.

Em Cuba, eles não passaram da praia. Na Nicarágua, "A guerra será longa", adverte o membro da Junta de Governo Daniel Ortega, acrescentando: "Sua duração dependerá unicamente dos EUA... Por mais mortos e feridos que eles possam nos causar, jamais nos vencerão".

A segurança de Ortega não é apenas retórica.

Também não é bazófia. Ela nasce da confiança da nova correlação mundial de forças que advém do progresso do socialismo. França, Espanha, Portugal e Grécia escolhem esse modelo pela via eleitoral. Cuba, Nicarágua, Irã, El Salvador experimentam a via revolucionária. E até os árabes religiosos optam pela via do "socialismo islâmico".

As lições de Sandino são importantes na medida em que representam, nos fins da década de 20, igual desgaste do modelo ocidental, que desembocou na crise de 1929. Hoje o atraso técnico da Nicarágua é cem vezes maior que na época de Sandino. Mas os apoios externos lhe garantem a segurança para resistir, enquanto os EEUU perderam a autoridade social sobre um mundo onde sua hegemonia é permanentemente contestada.

É por isto que na Nicarágua, também, eles não passarão.

Rombo de 12 bilhões nas contas da CELESC



Prejuízo bem maior do que relatório mostra

A notícia pegou de surpresa os carinenses: apesar dos constantes aumentos nas tarifas de energia, a CELESC apresentou um prejuízo real de Cr\$ 12 bilhões em 1982, segundo relatório recentemente divulgado por sua diretoria. Os números, ainda, tentavam ocultar esta realidade, mediante um artifício contábil. Na verdade, a própria estabilidade desta outrora poderosa empresa está ameaçada.

A situação econômico-financeira da nossa empresa de energia elétrica deteriorou-se assustadoramente no exercício de 1982, fato reconhecido pela própria diretoria no relatório apresentado: "O desempenho econômico-financeiro, conforme evidenciam as demonstrações financeiras, apresenta resultado negativo, tendo como causa a insuficiência tarifária..."

O prejuízo apresentado no relatório da CELESC é de Cr\$ 1.762.071.000,00 (Um bilhão, setecentos e sessenta e dois milhões). Em-

butido nos números, no entanto, está um prejuízo real superior a 12 bilhões de cruzeiros (sempre bilhões), que os demonstrativos não conseguem esconder. Isto porque o DNAEE (órgão fiscalizador do Ministério de Minas e Energia) gloriou-se o excesso de despesas da CELESC, determinando a transferência para contas patrimoniais, ou seja, despesas a serem cobertas pelos acionistas.

Dessa forma, o DNAEE vetou 11 bilhões de cruzeiros de despesas com pessoal, materiais e serviços de terceiros realizadas sem sua autorização. Se estas despesas (realizadas, embora proibidas pelo órgão fiscalizador) não fossem deduzidas dos demonstrativos, os jornais estariam estampado o real prejuízo — 12 bilhões.

E, não fosse o DNAEE um órgão governamental, certamente viria à público contestar a nota da diretoria que aponta a insuficiência tarifária como causa, e contaria a verdade sobre os números da CELSC. A ver-

dade é bem diferente da apontada pela diretoria em sua lacônica nota: enquanto a inflação cresceu de 98%, as despesas com pessoal, materiais e serviços de terceiros cresceram 206%. Em consequência da desastrosa administração da CELESC o endividamento da Empresa cresceu de 20 bilhões para 52 bilhões (157%). A dívida com fornecedores, por exemplo, cresceu 313% (de 2,5 para 10,4 bilhões de cruzeiros).

Conclusão, a CELESC superendividou-se para poder efetuar os gastos proibidos pelo próprio Governo, atingindo índices de endividamento e de liquidez perigosos. Fosse a CELESC uma empresa privada estaria certamente em concordata preventiva.

Onde e como se realizou este verdadeiro festival de despesas que tanto endividou a CELESC no ano eleitoral de 1982? Quem pagará o enorme prejuízo?

APARTE

O PDS não cumprirá a promessa de criação de novos empregos feitas aos lagesanos durante a campanha eleitoral. O vice prefeito João Cardoso reconhece que será difícil implantar fábricas de vinho, vinagre, conhaque e maçã — a grande promessa eleitoral de industrialização de Lages. E admite que em 60 dias de administração desemprego e êxodo rural foram as únicas coisas na cidade.

O MOBREAL editou, no ano passado, um milhão de volumes de um único de seus títulos. A informação foi dada pelo Prof. Darcy Ribeiro, perante a Comissão de Educação do Senado. Pelo que se vê, não é de verbas, mas de política adequada que necessita o problema educacional. Com tais números, segundo Darcy Ribeiro, "no ano passado o analfabeto foi quem mais leu neste país".

A neurose é a terceira doença mais freqüente entre os oito mil agricultores da Cooperativa Alfa, em Chapecó. A informação é do médico Marcos da Ross, um dos coordenadores do projeto de saúde daquela cooperativa. Depois de analisadas as causas das doenças chegou-se a conclusão que elas estavam diretamente relacionadas ao dia-a-dia do agricultor: papagaios bancários, hipoteca de terra, expectativa de safra, entre outros problemas.

O acordo Ivete/PDS só vai produzir frutos amargos. Com ele a democracia é traficada, na feitura de uma falsa maioria. Reduzir 3 horas semanais é menos de 30 minutos por dia. Não agrada a trabalhador desempregado. E é um peso para o pequeno e médio empresários, que já viram quem vai pagar a conta. É um acordo entre Herodes e Pilatos. Ou Galveas e Langoni, o que acaba sendo a mesma coisa.

A novela do apresamento dos aviões libios traz à tona especulações interessantes. O Brasil mantém relações comerciais e diplomáticas com a Líbia, país ao qual não convém aborrecer. Em relação à Nicarágua, além do reconhecimento da revolução que derrubou Somoza, temos o compromisso pan-americano, solenemente registrado num Tratado de Assistência Recíproca, em caso de agressão externa. As armas libias apresadas no Brasil eram endereçadas ao socorro da Nicarágua, que clamava ser vítima de ações desestabilizadoras organizadas pelos Estados Unidos. Em circunstâncias normais, o interesse do Brasil aconselhava que ele próprio socorresse a nação irmã ameaçada, além de dar livre trânsito à ajuda de outros povos. Necessidades mais amplas aconselhavam uma ação diplomática enérgica de condenação dos invasores. Potências emergentes, Brasil, México e Argentina precisam expandir suas exportações. Mas esbarram no monopólio e no protencionismo dos países desenvolvidos, que manipulam os organismos financeiros mundiais. As crises internas desses países decorrem desse fato. Eis porque os processos políticos mais agudos da América Latina, como a guerra das Malvinas ou a moratória unilateral declarada pelo México, assim como a própria revolução nicaraguense, são tentativas desesperadas de saída dessas crises. Metido nessa encruzilhada, o Brasil tentou a via alternativa do apelo à consciência mundial, através da ONU, onde o Presidente Figueiredo fez um discurso ameaçando perfilar-se ao lado do 3º Mundo. Não estamos, porém, em circunstâncias normais. Financiando a dívida brasileira, Reagan conseguiu colocar seus panos quentes no assunto, via FMI. Quentes talvez demais para nosso clima tropical... A demora em solucionar o caso dos aviões libios tropeçou nesses percalços. Apesar disso, contrapressões externas e internas encaminharam o desfecho. A solução dada, em que pese a ausência de clareza, significa o alargamento dos espaços da abertura, pela vitória de setores liberais do governo Figueiredo.

PARABÊNS, IMPRENSA

LUTAS DA MAIORIA REPRODUZ REPORTAGEM SOBRE MORDOMIAS

O ESTADO - Fpolis, 29/05/83

Dossiê revela inválidos e fantasmas da Assembléia

Após muita insistência dos Deputados Edison Andriano e Roberto Motta, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa liberou aos parlamentares as informações sobre o quadro de funcionários do Poder, cujo documento contém a relação nominal, com respectivas lotações, níveis de vencimentos e a lista dos aposentados na gestão anterior. No dossiê constata-se que o Legislativo conta hoje com 930 funcionários, dos quais 73 encontram-se à disposição de outros órgãos públicos — Governo do Estado e, principalmente, Prefeituras e Câmara de Vereadores. Existem também 48 servidores que aguardam lotação, isto é, não têm setor definido para trabalhar. Já os aposentados na gestão do ex-presidente Epitácio Bittencourt somam 154 funcionários, dos quais 129 por invalidez e apenas 25 por tempo de serviço. Na lista verifica-se, também, que a maioria dos atestados de invalidez foram fornecidos pelos médicos Fausto Brasil e Stélio Boabaid, este último parlamentar do PMDB.

O pedido de informações dos Deputados Andriano e Motta foi feito à Mesa da Assembléia há quase dois meses. A solicitação ficou em "banho-maria" e somente na semana passada o documento foi liberado. A demora no fornecimento das informações decorreu, segundo o Deputado Edison Andriano, devido a existência de um "poder paralelo" que dificultou o levantamento dos dados solicitados. Ao liberar as informações à Imprensa, o parlamentar peemedebista disse que tomava a atitude "em virtude da nossa firme disposição de moralizar este Poder".

Agora, de posse da documentação, o parlamentar pretende analisar o quadro funcional, conferir se os funcionários estão trabalhando e descobrir o destino de alguns "fantasmas". Com relação às providências já tomadas pela Presidência da Assembléia, que anunciou a demissão de 58 funcionários que não estavam comparecendo ao trabalho, o Deputado Edison Andriano quer saber os nomes, "pois não vejo razão alguma para se ocultar

os nomes desses ex-funcionários". Sabe-se que a maioria dos demitidos estava vinculado ao regime

"FANTASMAS"

O documento revela que existe, no Legislativo, 48 funcionários que aguardam lotação. Na verdade esses servidores se preocupam apenas em comparecer ao caixa do banco no dia do pagamento. Alguns desses funcionários desfrutaram de situações privilegiadas, como é o caso do médico-assistente Luiz Eduardo Coimbra, que se encontra no exterior, mas recebe normalmente seus vencimentos. Da mesma forma o Procurador Legislativo, Waldemar Salles, com salário em torno de Cr\$ 1 milhão, nem prestou serviços ao Poder, pois imediatamente após a sua nomeação foi colocado à disposição do Gabinete do Governador do Estado. Existem outras situações semelhantes, ainda não reveladas, como é o caso do ex-Deputado Cláudio Araújo, que nomeado Procurador, tem sua residência em São Miguel do Oeste, e nem comparece à Assembléia Legislativa.

O POVO NA TV?

Até um menino menstrua no show de horror da Barriga Verde

Há algumas semanas o programa *O Povo na TV*, da TVS de São Paulo foi notícia em todos os canais de televisão: seu produtor Wilton Franco e o "paranormal" Roberto Lengruber foram presos com acusações de prática ilegal da medicina e charlatanismo. A exceção do curandeiro, o programa *O Povo na TV* é copiado todas as tardes em Florianópolis pela TV Barriga Verde, canal 9. E tem todos os ingredientes imaginados pelo experiente (nestas artes) Wilton Franco para cativar os pobres, os desassistidos, os marginalizados de todo tipo, os desorientados e os desesperados sem dar-lhes, efetivamente, muita coisa mais que uma chance para serem ouvidos seja pela produção seja pelos telespectadores. É a classe dominante apresentando, através de seus meios de comunicação, como atrações exóticas e trágicas, o resultado concreto de sua dominação. E abrindo, através de panos quentes, uma válvula de escape para a agonia diária da maioria explorada. Que além de todos os sofrimentos ainda se vê explorada nos seus próprios sofrimentos.

No Norte da ilha de Santa Catarina, ao voltar de um culto, uma jovem foi atacada, violentada e teve seus cabelos cortados por um desconhecido. Os moradores da localidade, quase todos crentes e pertencentes à mesma igreja da vítima, reuniram-se, na manhã seguinte, para em comissão procurar a única solução que lhes pareceu viável, acessível e necessária: ir ao programa do Cesar Souza, o *Boa Tarde, Santa Catarina* denunciar que o "tarado do bairro Saco Grande", tantas vezes comentado com sensacionalismo naquele programa, agora estava atacando também na localidade de Cachoeira.

Histórias como esta são reunidas diariamente pelo programa que, sem remorso ético ou estético, transforma características comuns da vida sofrida de milhares de pessoas em ingredientes indispensáveis da sua produção.

Montado em Santa Catarina a partir do programa *O Povo na TV*, criado por Wilton Franco inicialmente na TV Tupi e, com o fechamento desta, depois na TVS (Sílvia Santos) do Rio de Janeiro, o *Boa Tarde, Santa Catarina* é cópia fiel de uma fórmula mágica de audiência: o grotesco explorado sem concessões. Histórias de vio-



lência, mães desesperadas, dramas familiares, angústias do dia-a-dia, enfim, todo o imenso rol de sofrimento da maioria é transformado numa seqüência vespertina de "atrações", onde a ferida mais aparente tem lugar à frente no auditório, a criança mais doente terá seu rosto mostrado mais frequentemente e a mãe mais desesperada terá, certamente, seu caso anunciado com espalhato durante todo o programa para ser, ao final, mostrada em todo o seu desespero sob o abraço "generoso" e "protetor" do apresentador, veedor do PDS, satisfeito com o impacto que as desgraças daquele dia pode ter causado.

MONTA-SE O CIRCO

Fim da manhã de um dia qualquer da semana. Pouco a pouco grupos de mulheres, crianças, velhos, gente de todo tipo vai chegando à rua Deputado Antonio Edu Vieira, no bairro Pantanal, em Florianópolis. Vindos de todos os lugares da Grande Florianópolis, eles reúnem-se em volta de um moderno prédio onde se lê, em letras enormes: *TV Barriga Verde*.

Ali é produzido e transmitido ao vivo, o programa *Boa Tarde, Santa Catarina*, de segunda a sexta-feira. O programa só começa às 12h30min., mas muitos dos participantes começam a chegar às dez da manhã. São reunidos fora da emissora, num cercado com alambrado alto de tela que, de fora, dá a nítida impressão de uma jaula. Ficam ali conversando impacientemente, na expectativa de serem selecionados para o programa do dia.

Ao meio-dia a "jaula" já está praticamente cheia: crianças aos prantos, velhinhas em busca de auxílio, mulheres abandonadas pelos maridos. Já é possível ter uma prévia das "atrações" do programa: Dona Maria, lavadeira, 40 anos, está ali com a amante de seu

marido com o objetivo de separá-lo de uma terceira. As duas esperam participar do programa e se dizem muito esperançosas de que o marido e amante desista da "outra" e escolha uma delas para viver. "Tenho certeza", afirma dona Maria, "que se ele assistir ao programa desiste da outra". Ao seu lado uma mulher bem mais jovem concorda.

Um pouco mais impaciente, também por ali, uma criança chora no colo da mãe. Dona Aldanei, com a criança nos braços parece tranquila, sua participação já está acertada desde o dia anterior. A produção interessou-se imediatamente pelo caso de seu filho de um ano e sete meses. Mandou buscá-la em casa de carro, tratam-na de forma especial. Dona Aldanei tem nos braços uma grande "atração" para o programa: "meu filho menstrua todo mês, eu vim para ver se curam meu filho. Já fui a vários médicos e não deu resultado. Aqui pelo menos me tratam bem". Durante a programação da emissora o "caso raro" foi anunciado em chamadas sensacionalistas, alertando os médicos para o ineditismo do fato.

Ainda na "jaula", amparada por uma vizinha, dona Maria do Espírito Santo, 54 anos, residente em Barreiros, São José, é a imagem do desespero. Um de seus filhos matou o outro. Dona Maria, mãe da vítima e do assassino gritava sem parar por vingança, pela punição do assassino, "que apesar de ser meu filho é um nojento, não teve pena da mãe doente". As pessoas se aproximam e Dona Maria explica: "o outro não, era bonzinho, foi criado por mim e pelo pai, trazia dinheiro para casa. Quando aquele safado do assassino me ver na televisão vai morrer de susto".

"Dou toda razão a esta mulher", comenta uma senhora que a ouviu, "eu também fui traída pela



Numa jaula, o povo espera a chance de ser exibido. No camarim, a imagem estudada do apresentador da miséria.

minha filha e sei bem o que é isto". Dona Gilda Gomes, da Costeira do Pirajubaé, estava ali para contar seu drama: a filha, de 27 anos, apaixonou-se e foi engravidada pelo pastor da Igreja *Brasil com Cristo*. Dona Gilda, muito religiosa, quer desmascarar o pastor. "Foi a maior decepção da minha vida. O que eu quero mesmo é arranjar um advogado para botar esse safado desse pastor na cadeia".

ABRE-SE O PANO

O animador da platéia, Gilberto Luz, pede aos gritos para que as pessoas entrem em fila. Vai começar a triagem. Os que querem pedir ajuda, emprego, denunciar um problema de família, mostrar um caso raro, etc., devem ficar à esquerda. Os que vieram apenas participar do auditório fica à direita da porta principal do estúdio. A confusão se instala. Sérgio Santos, carpinteiro, desempregado há seis meses começa a discutir com uma senhora alegando que chegou primeiro e que tem direito de ficar na sua frente. Ele só se acalma quando Gilberto Luz, com voz paternal, ameaça um discurso dizendo que todos têm vez naquele progra-

ma. Quase ao mesmo tempo Gilberto abraça carinhosamente uma senhora idosa que, sem conseguir falar direito, reclama que não tem onde morar nem o que comer: "meus filhos me abandonaram e o meu marido morreu sem me deixar nada, vocês têm que me ajudar", suplica a velhinha de 75 anos. Ele garante que ela vai ser atendida.

Numa sala, duas moças da equipe de produção anotam os casos, fazem as fichas e selecionam os participantes do dia. Diante da diversidade de situações de miséria, histerismo e dor as duas, entretanto, parecem indiferentes. "no começo eu me impressionava", diz uma delas. "Chegava gente toda ensanguentada ou crianças quase morrendo. Hoje nem ligo mais, estou acostumada".

Nas informações distribuídas pela emissora sobre o programa ele é apresentado como uma oportunidade para "você passar uma tarde agradável ao nosso lado". Está pronto para ir ao ar a "tribuna livre de nossa gente", conduzida, "com alegria e dinamismo" por Rômulo Coelho o produtor e César Souza, o apresentador.

César Souza não entra na emissora pela porta da frente: passa pela "jaula", muito sorridente, abraçando e cumprimentando a todos. Recebe, ao entrar no estúdio, de seu produtor e amigo inseparável, Rômulo Coelho, as fichas com as "atrações" do dia e anuncia que está no ar "o programa que o povo de Santa Catarina escolheu". Ele diz ter consciência de sua capacidade de "liderar as pessoas". Dona Jurema, 47 anos, aposentada, passa todas as tardes em estado de graça: há três anos não perde um só programa do show de César Souza. De pé, aplaudindo, na primeira fila do auditório, dona Jurema confessa sua idolatria: "ele é o cara mais bacana que eu conheço. Nas eleições votei nele, porque ele é muito amigo da gente que é pobre". Em frente às câmeras César Souza segura a fralda suja de sangue do menino de um ano e sete meses que menstrua.

No início e no final do programa, a característica musical do programa, da dupla Dom e Ravel, moldura a pobreza como espetáculo e a dor e o sofrimento da maioria como "atração" circense: "Cantemos juntos/cantemos juntos/eu queria ser/um pedaço de pão/prá acabar/com o mundo/cantemos juntos".